



EXCELÊNCIA SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVADO EM SESSÃO
01/03/de 2019
PROVIDENCIE-SE
SECRETÁRIO

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº. RQC/0046.1/2019

RQS/0213.1/2019

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no art. 39 do Regimento Interno, **REQUEREM** a constituição da **Fórum Parlamentar Catarinense pelo Fortalecimento das Empresas Públicas**, com o objetivo de apoiar, incentivar e assistir estudos; debater e acompanhar as discussões.

O Governo Catarinense, ao longo de sua história constituiu empresas públicas que marcaram sua trajetória até aqui, como:

- CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.;
- CEASA - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A.;
- CEPA - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola;
- CIASC - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A.;
- CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;
- CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC;
- EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC;
- SANTUR - Santa Catarina Turismo S.A.;

Entendemos que nossa legislação estadual precisa urgentemente ser atualizada e modernizada.

As empresas públicas prestam relevantes serviços para os catarinenses e devem cumprir importante papel no desenvolvimento econômico e social catarinense.

Para garantir um serviço público de qualidade é preciso que tenhamos empresas públicas fortes, nosso Parlamento Catarinense tem o dever de participar destes debates e defender as empresas públicas.

Sala das Sessões, em

Deputado Fabiano da Luz - PT



Deputada Ada De Luca - MDB

Deputado Altair Silva - PP

Deputada Ana Campagnolo - PSL

Deputado Bruno Souza - PSB

Deputado Coronel Mocellin - PSL

Deputado Dr. Vicente Caropreso - PSDB

Deputado Felipe Estevão - PSL

Deputado Fernando Krelling - MDB

Deputado Ismael dos Santos - PSD

Deputado Ivan Naatz - PV

Deputado Jair Miotto - PSC

Deputado Jerry Comper - MDB

Deputado Jessé Lopes - PSL

Deputado João Amin - PP

Deputado José Milton Scheffer - PP

Deputado Julio Garcia - PSD

Deputado Kennedy Nunes - PSD

Deputado Laércio Schuster - PSB

Deputado Luciane Carminatti - PT

Deputado Luiz Fernando Vampiro - MDB

Deputado Marcius Machado - PR

Deputado Marcos Vieira - PSDB

Deputado Marlene Fengler - PSD

Deputado Maurício Eskudlark - PR

Deputado Mauro de Nadal - MDB

Deputado Milton Hobus - PSD

Deputado Moacir Sopelsa - MDB

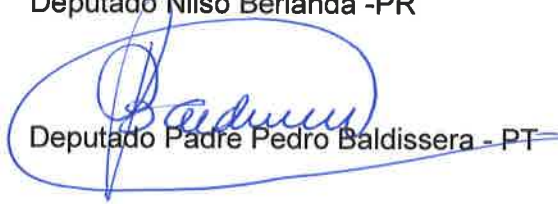
Deputado Nazareno Martins - PSB



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA


Deputado Neodi Saretta - PT

Deputado Nilso Berlanda -PR


Deputado Padre Pedro Baldissera - PT

Deputado Paulinha - PDT

Deputado Ricardo Alba - PSL

GABINETE DO DEPUTADO
FABIANO DA LUZ


Deputado Rodrigo Minotto - PDT

Deputado Romildo Titon - MDB

Deputado Sargento Lima - PSL


Deputado Sergio Motta - PRB

Deputado Valdir Cobalchini - MDB

Deputado Volnei Weber - MDB





Fórum Parlamentar pelo Fortalecimento das Empresas Públicas

RELATÓRIO

APRESENTAÇÃO

O Fórum Parlamentar pelo Fortalecimento das Empresas Públicas, foi constituído através de Requerimento nº 046.1/2019, apresentado junto a esse Parlamento e que teve adesão dos seguintes Senhores Deputados e Deputadas:

Fabiano da Luz - coordenador

Altair Silva,

Ivan Naatz,

Jerry Comper,

Luciane Carminatti,

Mauro De Nadal,

Moacir Sopelsa,

Nazareno Martins,

Neodi Saretta,

Padre Pedro Baldissera,

Rodrigo Minotto,

Sérgio Motta,

OBJETIVOS

O Fórum Parlamentar pelo Fortalecimento das Empresas Públicas, foi criado com o objetivo de apoiar, incentivar e assistir estudos; debater e acompanhar as discussões sobre as empresas públicas catarinenses:

- CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.;
- CEASA - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A.;
- CEPA - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola;



- CIASC - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A.;
- CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;
- CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC;
- EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC;

As empresas públicas prestam relevantes serviços para os catarinenses e devem cumprir importante papel no desenvolvimento econômico e social catarinense.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES CONCLUÍDAS E PENDENTES

A partir da publicação do Requerimento de criação do Fórum Parlamentar, organizamos o lançamento e a instalação, que contou com a presença de diversas autoridades, servidores públicos, pesquisadores e pessoas ligada a área.

Logo após o lançamento no mês seguinte foram criados grupos de trabalho (GTF) que se reuniram mensalmente e bimestralmente, para debater temas relativos as empresas públicas do setor agrícola, da energia, do processamento de dados e do saneamento.

O GTF das empresas agrícolas criou um texto base que foi aprovado no grupo e que foi utilizado para orientar as discussões e encaminhamentos.

Em conjunto com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional realizou audiência pública que debateu a soberania das empresas públicas brasileiras.

Nesta audiência pública com grande participação da sociedade catarinense, foi ao final lançado um manifesto de apoio aos movimentos nacional e estadual, segue:

“MANIFESTO

Em nenhum momento da história foi tão urgente a unidade das forças democráticas e progressistas para fazer frente à tentativa de destruir um país que, nas últimas décadas, registrou inegáveis avanços. Exemplo disso é a inclusão social, as ações de preservação do meio ambiente, o respeito à democracia, a convivência pacífica com outras nações e a defesa da soberania nacional e do princípio da autodeterminação dos povos.



O que vemos agora é o Estado brasileiro sendo destruído. Vivemos um momento de entrega de patrimônio com a venda de nossas riquezas, como petróleo, minério, água, energia, Amazônia, empresas públicas e estatais. Também está em curso a destruição de políticas públicas conquistadas ao longo da história pelo povo brasileiro com muita luta: é o caso da Previdência, da Saúde (SUS), da Educação (pública e gratuita) e dos direitos trabalhistas.

Não por acaso, a palavra Soberania está presente no artigo 1º da Constituição Federal, encabeçando os princípios fundamentais. Está ali para reforçar que o Brasil é um país que decide sobre seu próprio destino, protege seu território e utiliza suas riquezas em benefício de todos os brasileiros e brasileiras. O Estado e o governo devem utilizar todos os recursos possíveis para cuidar bem da população e do seu futuro.

Um Brasil soberano exige a garantia de proteção social à população. Seremos verdadeiramente soberanos com a implementação de políticas públicas que gerem renda e emprego, combatam as desigualdades sociais e regionais e permitam um futuro melhor para toda a nação.”

Como eixos principais de ação da Frente Parlamentar e deste movimento em defesa do Brasil, ficaram estabelecidos:

- ✓ Defesa da exploração eficiente e sustentável dos recursos naturais, entre eles o petróleo, de maneira a promover o desenvolvimento social;
- ✓ Defesa das empresas públicas e dos serviços públicos gratuitos, de qualidade e acessíveis à toda a população;
- ✓ Defesa de uma educação pública e gratuita que garanta o acesso de todos;
- ✓ Defesa e fortalecimentos de um sistema único de saúde universal;
- ✓ Defesa da contribuição da agricultura para a alimentação do povo e as exportações;
- ✓ Defesa do capital produtivo nacional e de um sistema de crédito que tenha como objetivo o fortalecimento desse sistema;
- ✓ Defesa do emprego, do salário e das condições dignas de trabalho;
- ✓ Defesa de um sistema tributário mais justo;
- ✓ Defesa de Forças Armadas verdadeiramente comprometidas com a soberania nacional;



- ✓ Defesa de uma política externa independente.

Em 2020, o Coordenador deste Fórum Parlamentar foi designado, pela presidência da CCJ, a relatar a proposta de alteração estatutária da Celesc para aumento e integralização de Capital Social, onde acatando um pedido da Intercel, movimento sindical dos trabalhadores da Celesc, apresentou emenda aditiva que garantiu a estabilidade no estatuto dos empregados que participam do Conselho de Administração da Empresa.

Ao longo desses últimos quatro anos o Fórum Parlamentar, representado pelo seu coordenador, participou ativamente das atividades dos empregados que foram realizadas em diversas cidades de Santa Catarina.

As reuniões e mobilizações que aconteceram em relação aos portos catarinenses onde estiveram os servidores públicos envolvidos, o Fórum sempre esteve representado e mantendo diálogo com as autoridades municipais, estadual e federal.

Através do Fórum Parlamentar, aconteceram audiências com secretários de estado, presidentes das companhias e das empresas públicas.

Esse ano, atendendo um pedido das categorias e dos empregados públicos, apresentamos projetos de lei que reconhecem os relevantes serviços prestados pelas empresas públicas:

PL 0074.8/2022 – Reconhece a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC), como empresa pública de relevante interesse social e econômico do Estado.

PL 0059.9/2022 - Reconhece a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e a Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A (CEASA/SC) como empresas públicas e sociedade de economia mista de relevante interesse social e econômico do Estado.

Ao longo da caminhada os grupos de trabalho tentaram construir de forma abrangente e contou com a participação de representantes de sindicatos dos trabalhadores, representantes institucionais das empresas, seus conselheiros e parlamentares ou seus representantes.

Todos os debates e trabalhos realizados foram com intuito de debater a respeito do futuro das empresas públicas, pelo fortalecimento institucional e o caráter público destas.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS:

[Capture a atenção do leitor com uma ótima citação do documento ou use este espaço para enfatizar um ponto-chave. Para colocar essa caixa de texto em qualquer lugar na página, basta arrastá-la.]

FABIANO DALUZ					
Lista de Presença: Fortalecimento das empresas públicas e Fórum Parlamentar da Soberania					
Florianópolis Outubro de 2019					
Nome:	Entidade	Cidade	Email	Telefone	
Marcelo Lopes Antez	Imunus / Imunotec	Florianópolis	marcelo@imunotec.com.br	(41) 991551392	
Roberto Pinheiro	Sin Saúde / SC	Florianópolis	rlpinheiro@sinbrasil.com.br	(41) 983447261	
Roberto Maciel Moraes	Sinergia	Florianópolis	marcelomoraes@sinbrasil.com.br	(41) 994804282	
Adriana Pinheiro	Sin Saúde / SC	Florianópolis	luciana@sinbrasil.com.br	(41) 999251958	
Jaime Simões	Imunus / COT	Florianópolis	jaime@sinbrasil.com.br	(41) 99461115	
Marcelo Salomoni	Rede Florianópolis	Florianópolis	marcelo@redesinbrasil.com.br	(41) 99967116	
Ronaldo Siqueira, André	Sin Saúde / SC	Florianópolis	Ronaldo@sinbrasil.com.br	(41) 998001289	
Matheus Cavalcanti	CTB	Florianópolis	matheus@sinbrasil.com.br	(41) 996206272	
Alcides Luiz Maciel	Imunus / Santa Catarina	Florianópolis	alcides@sinbrasil.com.br	(41) 998332177	
Cláudio Costa Vitorino	Sin Saúde / SC	Florianópolis	claudio@sinbrasil.com.br	(41) 999495049	
Carla Alice Costa de Souza	Sinergia / SC	Florianópolis	carla@sinbrasil.com.br	(41) 999495049	
Leonardo Cunha da Costa	Sinergia S/A CTB Florianópolis	Florianópolis	leonardo@sinbrasil.com.br	(41) 994555518	



CELESC

Cerca de 500 empregados participaram da assembleia da Celesc realizada no fim de semana no Parque Ambiental Encantos. Presença do deputado Fabiano da Luz (PT), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das Empresas Empresas, que defende a Celesc 100% pública. Os líderes sindicais suspeitam que a nova gestão quer privatizar a estatal.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2022.

Deputado Fabiano da Luz
Coordenador